

## Cervantes e a Teoria Econômica – Parte II\*

*Darío Fernández-Morera*\*\*

**Resumo:** Questionando interpretações a respeito de Miguel de Cervantes como tendo sido um autor de caráter socialista com preocupações emancipatórias, o autor analisa a obra literária de Cervantes em seu contexto, e identifica como ela apresenta simpatia para com aspectos importantes da economia de mercado, bem como crítica posições coletivistas e redistribucionistas.

**Palavras-Chave:** Literatura. Teoria econômica. Economia de Mercado. Miguel de Cervantes.

## Cervantes and Economic Theory – Part II

**Abstract:** Questioning interpretations about Miguel de Cervantes as having been an author of socialist character with emancipatory concerns, the author analyzes Cervantes's literary works in their context and identifies how they present sympathy towards important aspects of market economy, as well as criticisms of collectivist and redistributionist stances.

**Keywords:** Literature. Economic theory. Market economy. Miguel de Cervantes.

**Classificação JEL:** A12, B11.

---

\* Publicado originalmente em: CANTOR, Paul & COX, Stephen (Eds.). **Literature and the Economics of Liberty: Spontaneous Order in Culture**. Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2009. p. 99-165. A primeira parte deste artigo foi publicada na última edição de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Traduzido do inglês para o português por Beatriz Caldas.

\*\* **Darío Fernández-Morera, Ph.D.**, é Professor Associado do Department of Spanish & Portuguese da Northwestern University (Evanston, Illinois). Suas obras incluem os livros *American Academia and the Survival of Marxist Ideas* e *The Myth of the Andalusian Paradise: Muslims, Christians, and Jews under Islamic Rule in Medieval Spain*.  
E-mail: voltaire@northwestern.edu

## I – CERVANTES, O LIBERTÁRIO E A DEFESA DA CAFETINAGEM DE DOM QUIXOTE

Como romancista imensamente imaginativo, e não como filósofo escrevendo um ensaio coerente, Cervantes materializava em suas personagens e narradores os mais diversos pensamentos e ações. Assim, uma dada passagem pode apresentar um ponto de vista específico, que Cervantes pode ter compartilhado ou não em alguma ocasião, ou em certas circunstâncias, enquanto que a próxima passagem pode apresentar outro ponto de vista, o qual, mais uma vez, ele pode ter compartilhado ou não em alguma ocasião, ou em certas outras circunstâncias. Mas o que provam, sem dúvida, todas as páginas do Cervantes é que ele entendia muitas coisas; e que poderia, portanto, prever, ainda mais do que o seu *ingenioso* Dom Quixote, muitas maneiras diferentes de pensar e agir. É assim com o libertarianismo.

São bem conhecidas as expressões de Dom Quixote glorificando a liberdade. Mas ninguém parece ter notado que o seu mais famoso discurso em defesa da liberdade ocorre no contexto de uma condenação do conforto e proteção concedidos por outros, porque resultam em perda da independência e, portanto, da própria liberdade. Esta é uma posição libertária clássica, que argumenta que, em troca de proteção e auxílio, o Estado inevitavelmente limita sua liberdade e cria uma dependência que o faz perder não só a liberdade, mas também o amor e a compreensão da liberdade. Ou, como proclamou Patrick Henry, “Liberdade ou morte”.

A liberdade, Sancho, meu amigo, é uma das dádivas mais preciosas que o Céu concedeu à humanidade; nenhum dos tesouros que a terra contém em seu seio ou o oceano guarda em suas profundezas pode ser comparado a ela. Pela liberdade, assim como pela honra, o homem deve arriscar até sua própria vida, e deve julgar o cativo o maior mal que a vida pode trazer. Digo isto, Sancho, porque você era testemunha do luxo e abundância que desfrutamos no castelo que acabamos

de deixar; ainda assim, no meio desses banquetes bem organizados e bebidas refrigeradas à neve, sofri, ou assim me pareceu, os rigores da fome, porque não os apreciei com a mesma liberdade como se tivessem sido meus. As obrigações que nascem dos benefícios e gentilezas recebidas são laços que impedem uma mente nobre de vagarear com liberdade. Feliz o homem a quem o Céu deu um naco de pão, única dádiva pela qual ele é obrigado a agradecer ao Céu<sup>1</sup>

Cervantes poderia muito bem relacionar-se com essas palavras, porque o fato decisivo de sua vida não foi a sociedade do seu tempo, nem a distribuição da riqueza, nem a base material, nem qualquer uma das outras coisas que as análises “materialistas” (marxistas) de sua vida e de sua época oferecem como “explicações” de suas obras. O fato que define sua vida foi a captura pelos muçulmanos do norte da África e a escravidão em suas mãos durante cinco anos e meio. Próximo em importância, só a sua participação na Batalha de Lepanto (1571), da qual o narrador se gaba no Prólogo – Parte II, como a maior ocasião de sua vida.

Esta escravidão, a experiência culminante de sua juventude cheia de ação, teve impacto duradouro, afetando o curso posterior de sua vida, não só porque perdera tempo precioso e a possível carreira no governo que tinha à sua frente, como resultado de seus atos heroicos anteriores em Lepanto e as cartas de recomendação que carregava com ele —, mas também porque a partir de então ele olharia a vida a partir do ponto de vista de um apaixonado pela liberdade, que, tendo uma vez perdido a independência e liberdade em condições terríveis, as vê como princípios orientadores da vida humana.

Dom Quixote é um acérrimo defensor do livre-arbítrio. Portanto, os pressupostos e premissas segundo os quais as “condições” sociais e econômicas determinam uma pessoa não são para ele; Cervantes, ou Dom Quixo-

<sup>1</sup> CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote*, pt. II, cap. lviii (tradução Starkie, p. 935).

te, fazem ou pensam de alguma outra forma<sup>2</sup>. Conforme expressa Dom Quixote, “não há feitiços no mundo que possam mover e forçar a vontade, como alguns simplórios pensam, porque é livre o nosso arbítrio e não há erva nem encanto que o constranja. Como digo, coisa impossível constranger a vontade”<sup>3</sup>. Assim, para Dom Quixote, o homem é uma criatura “dotada de vontade”.

Ao contrário de Alonso Quijano, que é um cavaleiro do campo, facilmente associado à classe social em que nasceu, Dom Quixote cria-se e torna-se um indivíduo único, diferenciado de forma clara. Havia muitos cavaleiros semelhantes a Alonso Quijano no tempo de Dom Quixote; mas havia apenas um Dom Quixote.

Dom Quixote com frequência está em desacordo com o Estado. Liberta as pessoas que o Estado prendeu e condenou a servir nas galés (o rei). Este episódio<sup>4</sup> também mostra a desproporção entre crime e punição, e também as regulamentações cada vez mais invasivas existentes e regulamentos propostos que os libertários hoje condenam. Um dos galeotes foi condenado simplesmente porque roubou algumas roupas. Outro foi enviado às galés porque não era forte o suficiente para resistir ao que hoje chamamos de “terceiro grau” da polícia, que na Idade de Ouro era uma atividade séria, pois envolvia tortura. Outro galeote queixa-se da corrupção do sistema judicial e argumenta que não estaria onde está se tivesse dinheiro para influenciar o sistema de justiça em seu favor. Mais uma vez, qualquer pessoa familiarizada com o sistema judicial do governo, não importa em que época, reconhecerá a situação. Em outra parte do romance<sup>5</sup>, Dom Quixote desafia um

leão que pertence ao rei (o Estado), um ato duplamente subversivo porque os leões são, por tradição, símbolos da realeza. Em mais um episódio, Dom Quixote é capturado por bandidos catalães liderados pelo nobre Roque Guinart, retratado com admiração, apesar de sua rebelião contra o Estado, e como uma figura que, em suas ações de cavalaria, evoca Dom Quixote<sup>6</sup>. Como um nobre catalão em desacordo com a coroa castelhana é plausível que Guinart represente o desejo libertário de autonomia local e de autodeterminação política contra o Estado monolítico<sup>7</sup>.

Personagens como Dom Quixote e a “pastora” Marcela reivindicam uma autonomia e independência de costumes e obrigações sociais que correm contra premissas coletivistas acolhidas, entre outras, por aqueles que acreditam que Marcela deve retribuir o amor de um jovem, e pelo sacerdote do palácio do Duque, que insta Dom Quixote a fazer a coisa aceitável, qual seja, cuidar de sua família e casa. A independência de Dom Quixote dos costumes da coletividade em que vive e sua singularidade como indivíduo são, obviamente, fundamentais para o romance. Os pontos de vista semelhantes de Marcela são claramente afirmados em seu longo discurso<sup>8</sup>, em que ela rejeita o desejo coletivo que ela se sacrifique pelos interesses da sociedade,

<sup>6</sup> Ibid., Cap. lx.

<sup>7</sup> A liberdade, no pensamento libertário, não deve ser precedida por mais autoridade do Estado, como propuseram Marx, Trotsky e outros marxistas — segundo eles, isso seria apenas um aumento temporário da autoridade é claro, — mas isso seria o de menos. A formulação mais “poética” desse brutal ponto de vista marxista é, provavelmente, TROTSKY, Leon. **Terrorism and Communism**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1963. p. 170:

Assim como uma lâmpada, antes de extinguir-se, cintila em uma chama brilhante, o Estado, também, antes de desaparecer, assume a forma da ditadura do proletariado, ou seja, a forma mais cruel de Estado, que abarca a vida dos cidadãos de forma autoritária em todas as direções.

<sup>8</sup> NOUGUÉ & SÁNCHEZ. **O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha**, p. 148-150.

<sup>2</sup> Cf. JOHNSON. **Cervantes and the Material World**.

<sup>3</sup> NOUGUÉ, Carlos & SÁNCHEZ, José Luis. **O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha**, Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. Terceira parte, cap. xxii, p. 230.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid., Pt. II, cap. xvii.

apaixonando-se por alguém a quem não ama. Neste discurso, ela enfatiza a origem volitiva de seu estilo de vida baseado na força de sua vontade e seu enraizamento na qualidade natural ou intrínseca da liberdade humana: “Nasci livre, e para ser livre escolhi a solidão dos campos”. Ela enfatiza que a vontade humana também em sua demanda de que o amor deva ser voluntário e não imposto por costumes da coletividade<sup>9</sup>.

A compreensão de Marcela a respeito da natureza volitiva do amor ecoa em Dom Quixote, que jura protegê-la no final do episódio: após a aventura da “morte” de Altisidora, Dom Quixote defende-se dizendo que o amor não pode ser forçado<sup>10</sup>. É bem conhecido o tratamento cheio de compaixão de Cervantes em suas obras, desde *Don Quijote* até as *Novelas Ejemplares*, em relação àqueles que vivem fora do convencional do coletivo (aqueles que alguns estudiosos denominam “os marginalizados”), como prostitutas, malandros, e até mesmo bandidos como Roque Guinart.

Outras personagens ecoam este libertarianismo. Como vimos, Cortadillo em *Rinconete e Cortadillo* reclama do *alcabala* e da necessidade de obter licença para produzir. Sancho é um empreendedor em potencial, que, a certa altura do romance, pensa na possibilidade de comercializar o bálsamo aparentemente milagroso de Fierabrás para vendê-lo por um preço três vezes maior que o custo de produção. Na verdade, ao contrário de muitos espanhóis de seu tempo, Sancho está mesmo disposto a abandonar a terra em busca de uma aventura comercial e, assim, pede a Dom Quixote a receita do

bálsamo em troca da *insula* que Dom Quixote lhe prometera<sup>11</sup>. Esta consciência cervantina sobre o modo como funciona o mercado livre reflete-se também na observação<sup>12</sup> da voz da narrativa, dizendo que o seu interesse nos manuscritos que havia descoberto no mercado de pulgas de Toledo era tão grande que estaria disposto a pagar muito mais por eles do que vendedor acabava de pedir.

O economista anarco-libertário David Friedman explorou o sistema de justiça da Islândia Medieval como exemplo da viabilidade das ideias libertárias nas situações da vida real<sup>13</sup>. Os pontos de vista de Dom Quixote sobre justiça, uma relíquia medieval na era do Renascimento, estão também próximas de posições anarco-libertárias. Ele, claro, defende o direito de manter e portar armas, que a Constituição dos Estados Unidos protege na Segunda Emenda, bem como o direito de usá-las, se necessário, para alcançar a justiça. Defende também a ideia de que o indivíduo ofendido, e não o Estado, deve ser o único a tomar medidas. Aconselha Sancho a agir de acordo com esse princípio quando a propriedade de Sancho está em jogo: “Você, Sancho, deve ser o único a reparar o dano causado a seu burro”<sup>14</sup>. E o grande estudioso espanhol Martín de Riquer chamou a atenção para o fato de que Roque Guinart confessa que o que o levou a sua vida de banditismo foi sua tentativa de vingar uma ofensa pessoal que o atingiu no passado<sup>15</sup>.

Além disso, semelhante ao famoso retrato sensível de Cervantes de um louco formado em Salamanca na “Novela Exemplar” *El licenciado Vidriera*, Dom Quixote é um magnífico garoto-propaganda para a rejei-

<sup>9</sup> Uma frase nesse discurso até mesmo evoca uma das defesas libertárias da Segunda Emenda à Constituição dos Estados Unidos, quando observa que a beleza em uma mulher honesta é como uma espada afiada, que não fere aqueles que não se aproximam — revólveres não matam pessoas, pessoas matam pessoas.

<sup>10</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. II, cap. LXX: “Nadie se puede obligar a lo imposible” (“ninguém pode obrigar-se a fazer o impossível” —, ou seja, amar alguém a quem não se ama).

<sup>11</sup> *Ibid.*, pt. I, cap. x.

<sup>12</sup> *Ibid.*, cap. ix.

<sup>13</sup> FRIEDMAN, David D. *The Machinery of Freedom: A Guide to Radical Capitalism*. New York: Open Court, 1989. Cap. 44.

<sup>14</sup> *Ibid.*, pt. II, cap. xi.

<sup>15</sup> RIQUER, Martín de. *Cervantes en Barcelona*. Barcelona: Sirmio, 1989. p. 95.

ção libertária de muitas definições e casos de doenças mentais<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> SZASZ, Thomas. **The Meaning of Mind: Language, Morality, and Neuroscience**. Westport, Conn.: Praeger, 1996 ; SZASZ, Thomas. **The Myth of Mental Illness: Foundations of a Theory of Personal Conduct**. New York: Harper and Row, 1974. De acordo com o libertário Szasz,

a doença mental é uma metáfora (doença metafórica). A palavra “doença” denota um processo biológico demonstrável que afeta os corpos de organismos vivos (plantas, animais e seres humanos). O termo “doença mental” refere-se aos pensamentos, sentimentos e comportamentos indesejáveis das pessoas. Classificar os pensamentos, sentimentos e comportamentos como doença é um erro lógico e semântico, assim como classificar a baleia como um peixe. Como a baleia não é um peixe, a doença mental não é uma doença. Os indivíduos com doenças cerebrais (cérebros prejudicados) e doenças renais (rins prejudicados) estão literalmente doentes. Os indivíduos com doenças mentais (mau comportamento), como sociedades com doenças econômicas (políticas fiscais ruins), estão metaforicamente doentes. A classificação de (mau) comportamento como doença oferece uma justificativa ideológica para o controle social patrocinado pelo Estado como tratamento médico.

Ver <<http://www.szasz.com/manifesto.html>>. Entre outros pontos de vista libertários de Szasz estão os seguintes:

*Abolição da internação mental involuntária.* A hospitalização mental involuntária é prisão disfarçada de tratamento; é uma forma dissimulada de controle social que subverte o Estado de Direito. Ninguém deve ser privado de liberdade, salvo por ofensa criminal, depois de um julgamento por júri conduzido por normas jurídicas de provas. Ninguém deve ser detido contra sua vontade em um edifício chamado “hospital”, ou em qualquer outra instituição médica, ou com base na opinião de especialistas. A medicina deve ser claramente diferenciada e separada da aplicação de penas, tratamento de punição, o hospital de prisão. Nenhuma pessoa deve ser detida involuntariamente para outros fins que não a punição ou em uma instituição que não seja formalmente definida como parte do sistema de justiça criminal do Estado.

É verdade: Dom Quixote, Sancho e as outras personagens são criações literárias, seres fictícios. A atribuição de pontos de vista de um escritor a uma ou mais de suas personagens ou narradores pode ser uma forma ingênua de leitura que o próprio Dom Quixote ilustra com sua crença de que as histórias que leu nos livros de cavalaria falam de eventos verdadeiros – forma ingênua de leitura que talvez Cervantes, o sofisticado escritor e teórico da literatura, esteja precisamente zombando delas por meio de seu romance *Don Quijote*. Além disso, Dom Quixote é às vezes delirante, ou pelo menos age como se fosse delirante. Por fim, as palavras de Dom Quixote, as narrações de suas ações, e os comentários dos narradores sobre suas ações e palavras e as palavras de outros narradores não fazem parte de um ensaio ou um livro, em que um escritor geralmente tenta expressar o que ele afirma serem seus verdadeiros pontos de vista sobre uma coisa ou outra. São, de novo, ficção.

No entanto, algumas das partes de *Don Quijote* podem estar ligadas ao próprio Cervantes de forma mais plausível do que outras. O prólogo da Parte II é uma delas. O grande

---

*Abolição da defesa de insanidade.* A insanidade é um conceito jurídico que envolve a determinação de um tribunal de que uma pessoa não é capaz de formar uma intenção consciente e, portanto, não pode ser de outra forma responsabilizada por um ato criminoso. As opiniões dos especialistas sobre o “estado mental” dos réus deveriam ser inadmissíveis no tribunal, exatamente como são inadmissíveis as opiniões dos especialistas sobre o “estado religioso” dos réus. Ninguém deve ser desculpado por infringir a lei por qualquer outro delito com base na chamada opinião de especialistas prestada por psiquiatras ou especialistas em saúde mental. Isentar uma pessoa de responsabilidade por um ato criminoso, com base em incapacidade para formar intenção consciente, é um ato de misericórdia jurídica, mascarado como ato de ciência médica. Ser misericordioso ou impiedoso para com os transgressores da lei é uma questão moral e legal, sem relação com a experiência real ou apreço de profissionais médicos e de saúde mental.

discurso em defesa da liberdade na Parte II, capítulo lxxviii é outra. Outra ainda é o discurso de Dom Quixote em defesa de lenocínio.

A literatura espanhola tem uma tradição ilustre de usar intermediários como personagens literárias importantes. A mais famosa talvez seja madame Celestina, a figura central no magnífico romance-peça de Fernando de Rojas do século XVI *Tragicomedia de Calisto e Melibea*. Na Idade Média, Arcipreste de Hita fez outra madame, Trotaconventos, uma de suas criações memoráveis no *Libro de Buen Amor*. E outros escritores da Idade de Ouro espanhola, como Lope de Vega e Agustín Moreto – a quem Baltasar Gracián chamou “o Terêncio espanhol” – escreveram defesas humorísticas do lenocínio. Assim, Cervantes escrevia dentro de uma longa e respeitável tradição literária espanhola.

Em nenhuma outra obra, no entanto, encontramos na literatura espanhola defesa de lenocínio tão bem fundamentada quanto a encontrada em *Don Quijote*. O discurso é inspirado pela descoberta de Dom Quixote que um dos galeotes foi enviado às galés por ser um intermediário, um facilitador sexual: em suma, um cafetão. Falando de um de seus companheiros galeotes, outro diz a Dom Quixote: “o delito pelo qual lhe deram esta punição foi por ter sido corretor de orelha, e corretor de corpo também. O que quero dizer é que este senhor aprecia o lenocínio e a fantasia de si próprio um pouco como se fosse um mago”. A isso, Dom Quixote responde:

Se tivesse sido apenas por lenocínio, ele certamente não merecia remar nas galés, mas sim comandá-las e ser seu capitão. Porque a profissão de cafetão não é um ofício comum, mas sim um trabalho que exige sabedoria e é muito necessário em qualquer estado bem governado. Ninguém, exceto as pessoas bem-nascidas, deveriam ter essa profissão. Na verdade, deveria ser uma prática com supervisores e inspetores, como há em outras, limitada a um determinado número de nomeados, como corretoras de câmbio. Se isso fosse feito, seriam evitados muitos males que acontecem agora porque essa profissão só é praticada por pessoas insensatas e

ignorantes tais como mulheres tolas, meninos pajens e charlatões com poucos anos de prática e ainda menos experiência, que, em momentos de dificuldade, quando se faz necessária a maior habilidade, permitem que o bocado congele entre os dedos e a boca e mal sabem qual das mãos é a direita. Gostaria de prosseguir e dar razões pelas quais é certo fazer escolha especial daqueles que têm que preencher um cargo tão importante no Estado, mas este não é o lugar para fazê-lo. Algum dia vou relatar meus pontos de vista àqueles que podem oferecer uma solução<sup>17</sup>.

Este discurso espirituoso, ainda que de abertura de ideias, escrito no início do século XVII, é o tipo de coisa que libertários como o economista Walter Block escreveram no final do século XX. Block, na verdade, dedica um capítulo de seu livro espirituoso, ainda que de abertura de ideias, *Defending the Undefendable*, a uma defesa do lenocínio<sup>18</sup>. Como Dom Quixote, Block argumenta que o lenocínio é uma ocupação necessária, socialmente útil. Compara cafetões aos praticantes de outras profissões, como pedreiros, médicos e advogados, todos os quais podem ser bons ou ruins em sua profissão escolhida e podem, portanto, ser culpados de jogo sujo (enganar o cliente, fazer um trabalho ruim, colocar em perigo a saúde do cliente, ou o seu futuro, ou sua situação financeira), assim como pode acontecer com um cafetão (ferir fisicamente a prostituta). Mas em nenhum caso o jogo sujo, necessariamente, faz parte do comércio. Os pedreiros, médicos e advogados não têm necessariamente de enganar, fazer trabalho de má qualidade, ou pôr em risco a saúde ou a situação financeira de um cliente, apesar de serem potencialmente capazes de fazê-lo. O

<sup>17</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. I, cap. XXII (tradução Starkie, p. 212).

<sup>18</sup> BLOCK, Walter. *Defending the Undefendable: The Pimp, Prostitute, Scab, Slumlord, Libeler, Moneylender, and Other Scapegoats in the Rogue's Gallery of American Society*. San Francisco: Fox & Wilkes, 1991. p. 19-21.

mesmo acontece com o cafetão, que não tem necessariamente de ferir uma prostituta, porque isso não é parte necessária de seu trabalho. A razão para isso é que a definição da função do cafetão é a de um corretor.

Algumas pessoas querem sexo e estão dispostas a pagar por isso, e algumas outras estão dispostas a vendê-lo e aceitar dinheiro por isso, em vez de, digamos, uma casa grande, roupas de grife, casacos de pele, diamantes, lazer, bebês, e o prestígio de esposa abastada<sup>19</sup>. Assim, a existência do cafetão como corretor de sexo. Ou, como postula Block,

a prostituta não é mais explorada pelo cafetão do que o fabricante é explorado pelo vendedor que rufa os tambores de sua atividade comercial, ou a atriz que paga um agente um percentual de seus ganhos para encontrar novos papéis para ela. Nesses exemplos, por meio dos serviços do empregado, o empregador ganha mais do que o custo de contratação do trabalhador. Se assim não fosse, a relação empregador-empregado não aconteceria. A relação entre a prostituta e o cafetão (empregador e empregado) carrega as mesmas vantagens mútuas<sup>20</sup>.

De fato, argumenta Block, “as tarefas organizadas pelo cafetão oferecem mais segurança física adicional à prostituta do que o caminhar pelas ruas ou ir de bar em bar”. E, claro, o cafetão dá à prostituta proteção contra clientes indesejáveis ou violentos, ou aqueles que se recusam a pagar, e até mesmo policiais. Assim, o resultado para a prostituta e também para o cliente é que o cafetão, como corretor, a leva a seu cliente e do cliente a ela em condições que em última análise são de menor custo para a prostituta e também para o cliente do que seriam sem os serviços de corretagem de cafetão. Cada uma das partes de uma transação atendida por um corretor ganha com a corretagem, caso contrário não

usariam seus serviços. A prostituta pode se beneficiar do cafetão e, portanto, desde que haja uma troca sem coação de produtos entre os dois – dinheiro da prostituta e proteção, publicidade e, especialmente, a facilitação ou intermediação por parte do cafetão – não há nenhuma razão para violência. O cafetão consegue o que quer: dinheiro da prostituta; e a prostituta recebe dele o que ela quer, ou seja, a corretagem, proteção, publicidade, e talvez outras coisas.

Cervantes viu na Idade de Ouro espanhola aquilo que Block vê hoje, que lenocínio é uma forma de corretagem. Observe-se, é claro, que Dom Quixote, diferente de libertários como Block, convoca o Estado para supervisionar a função de corretagem do cafetão. Dom Quixote aventa que lenocínio deve ser regulamentado ou licenciado como se fazia com outras atividades comerciais na época. É provável que essa iniciativa afastasse tantos incompetentes de tentar entrar no ramo do lenocínio, que é, afinal, uma ocupação exigente e, de fato, delicada. Ao escrever essas palavras, Cervantes pode estar satirizando, como faria um libertário, o licenciamento de todos os tipos de profissões que não precisam de licenciamento; ele faz Dom Quixote aceitar o licenciamento como um fato, de modo que o proxenetismo possa ser reconhecido como uma profissão como qualquer outra, mas, no processo, Dom Quixote tenta encontrar benefícios no licenciamento que os libertários modernos argumentariam não o justificar. Em vez disso, o mercado local, diria um libertário moderno, elimina a maioria dos cafetões maus ou incompetentes, ao passo que os bons ou os competentes atraem clientes em número suficiente para garantir o sucesso.

Como os argumentos de Block, os argumentos de Cervantes no discurso de Dom Quixote são, em última análise, smithianos. E como Block, usando humoristicamente um exemplo extremo, Cervantes ilustra a empregabilidade e a moralidade do mercado livre quando estendida a coisas normalmente consideradas fora de seus parâmetros. Do ponto de vista libertário, a abordagem de mercado

<sup>19</sup> Tomando de empréstimo a verve de George Bernard Shaw, a diferença seria no preço, e não na qualidade.

<sup>20</sup> BLOCK, *Defending the Undefendable*, p. 21.

livre para o lenocínio não é diferente de uma abordagem de mercado livre para a administração da justiça, polícia, estradas, parques, e outras áreas afins<sup>21</sup>.

No entanto, ao contrário de Block, Cervantes pode ter feito mais do que um mero investimento teórico ou literário em assuntos como lenocínio e prostituição, que aborda com curiosa insistência em várias obras de ficção e de dramaturgia. Durante seus anos em Valladolid, morou em uma casa de dois andares acima de uma taberna. Cervantes ocupava uma parte da casa com sua esposa, filha, duas irmãs, uma sobrinha e um jovem servo. Outras partes da casa eram ocupadas por outras mulheres, duas meninas, um menino de doze anos e um homem. Ao todo, pelo menos dezessete mulheres na faixa etária entre 18-50 moravam nesse lugar<sup>22</sup>. Vários homens visitavam o local em diferentes horários. Um deles era um cavalheiro dissoluto que foi mortalmente ferido na vizinhança em 27 de junho de 1605. Ele foi trazido para dentro da casa e atendido por uma das irmãs de Cervantes antes de morrer, em 29 de junho. As autoridades suspeitaram que o assassinato do senhor pudesse estar relacionado a suas visitas às mulheres. Cervantes, várias das mulheres e um visitante do sexo masculino foram detidos e presos por alguns dias. Um vizinho fez algumas acusações sobre as atividades da filha de Cervantes. Não tendo nenhum meio aparente de sustento, e sendo o único homem em uma casa cheia de mulheres, frequentada por homens, talvez Cervantes tenha sido suspeito de ser um facilitador. No entanto, todos foram libertados por falta de provas, embora a filha de Cervantes tivesse sido proibida de ver o visitante do sexo masculino. O assassinato permaneceu sem solução.

<sup>21</sup> ROTHBARD, Murray. **For a New Liberty: The Libertarian Manifesto**. New York: Libertarian Review Foundation, 1973. Fortemente influenciado por Rothbard, veja NOZICK, Robert. **Anarchy, State and Utopia**. New York: Basic Books, 1974.

<sup>22</sup> Para essa e as seguintes, veja PÉREZ PASTOR, D. Cristóbal (Ed.). **Documentos cervantinos hasta ahora inéditos**. Madrid: Real Academia de la Historia, 1902, vol. II, p. 453-537.

Essa suspeita pública sobre o comportamento de Cervantes pode ser aludida em uma obra literária contemporânea que chegou até nós. Uma breve peça espanhola (um *entremés*), escrita por Gabriel de Barrionuevo, inclui uma personagem secundária que faz apenas uma breve aparição em busca de uma mulher mais jovem para se casar com o intuito de prostituí-la e gerar algum dinheiro. O nome do personagem é Cervantes<sup>23</sup>.

Assim, em um dado momento de sua vida, Cervantes fora suspeito de ser proxeneta, e, portanto, o discurso de sua principal personagem em defesa do lenocínio traz com ele o mesmo toque pessoal que a defesa da voz narrativa de propriedade intelectual de Cervantes no prólogo da Parte II do seu romance. Um nobre “cavaleiro” como Dom Quixote, defendendo proxenetas tão ardentemente, no lugar de, digamos, prostitutas, e com argumentos tão solidamente modernos dentro da lógica do livre mercado, pode indicar que o nosso autor tinha não só um interesse pessoal no lenocínio, mas também, e mais importante, uma boa compreensão e uma grande dose de simpatia em relação a uma economia de mercado.

## II – O APREÇO DE CERVANTES PELOS COMERCIANTES

Em sua “Novela Exemplar”, *O colóquio dos cachorros*, um dos dois falantes, o cão Berganza, mostra grande admiração pelos em-

<sup>23</sup> RIQUER, Martín de. **Cervantes, Passamonte y Avellaneda**. Barcelona: Sermio, 1988. p. 131-132. A peça foi escrita em Nápoles, então sob domínio espanhol, e dentro do círculo literário dos irmãos Argensola, inimigos literários de Cervantes. O verdadeiro Cervantes casou-se com uma mulher mais do que dez anos mais jovem. Parece que o casamento não foi feliz. Em uma de suas “Novelas Exemplares”, *El celoso extremeño*, Cervantes descreve os problemas de um velho muito ciumento que se casa com uma mulher muito mais jovem. Em sua obra *entremés El viejo celoso*, Cervantes novamente retrata os problemas hilários de um homem muito velho que se casa com uma mulher muito jovem.



presários de Sevilha. O dono sobre o qual fala mais favoravelmente é um comerciante. Berganza também observa a frugalidade com que vivem seu dono e os outros comerciantes, e como se preocupam com suas famílias, especialmente os filhos, a quem mimam e mandam para a escola dos jesuítas, a melhor em Sevilha. E em resposta aos comentários maliciosos de seu companheiro cão contra a “ambição” dos empresários, Berganza responde à maneira de Adam Smith: sim, os comerciantes têm ambição, mas é do melhor tipo, aquela que “tenta melhorar a si mesmo sem fazer mal a outros”<sup>24</sup>. E será também que Cervantes lembrava que devia seu resgate da escravidão das mãos dos muçulmanos do Norte da África, não só à sua família e à Igreja Católica (frades trinitários deslocaram-se a Argel para pagar seu resgate e, finalmente, conseguiram libertá-lo), mas também aos empresários cristãos em Argel que completaram o dinheiro do resgate?

Não é fácil tentar distinguir entre quais sejam mais provavelmente as opiniões pessoais de Cervantes e quais têm mais probabilidade de serem as opiniões de suas personagens e vozes narrativas motivadas por razões temáticas e estilísticas. Não podemos inferir a partir de cartas de Cervantes à família, ou ensaios, ou outros escritos estritamente não ficcionais ou não poéticos em que um autor assume uma posição em relação a alguma questão. Em *Don Quijote* a distinção é especialmente difícil de fazer, por causa das sutilezas e ironias do texto, da multiplicidade de vozes narrativas que corrigem periodicamente as versões umas das outras dos eventos, e até mesmo as afirmações das personagens, e a loucura ou talvez a loucura fingida de Dom Quixote. Assim, a apresentação simpática de plebeus ricos, empreendedores como Camacho<sup>25</sup>, ou a apresentação neutra de outros plebeus ricos e empreendedores, como os pais de Marcela e Dorotéia, não são totalmente confiáveis. E estão equilibradas pela apresentação de Cervantes do mestre de

Andrés, que espanca o menino porque ele continua perdendo carneiros<sup>26</sup>. Os “prólogos” de Cervantes para o romance poderiam ser suficientes, exceto pelo fato de que, utilizando técnicas de ficção mais tarde imitadas por Fielding e Stendhal, Cervantes faz os seus prólogos parte da ficção, de forma que também não são confiáveis. Uma exceção é o prólogo para a Parte II, em que o assunto, como já vimos, presta-se a uma interpretação mais pessoal por causa do caso de Avellaneda. Aí, as questões autobiográficas emergem através das costuras da estrutura do prólogo. Outra exceção é o seu longo poema *Viaje del Parnaso*, em que comenta sobre literatura e autores contemporâneos, bem como sobre suas próprias obras. Além do *Viaje* e prólogo para a Parte II do *Quijote*, as ilustrações mais plausíveis de opiniões do próprio Cervantes podem provavelmente ser encontradas nas *Novelas Ejemplares*, que não apresentam a multiplicidade de vozes narrativas, as correções narrativas e críticas, e, em geral, a desorientação, complexidade e ambiguidade do *Quijote*. No entanto, mais cedo ou mais tarde, é preciso voltar à mais importante obra de Cervantes.

Em *Quijote*, a visita do cavaleiro à tipografia em Barcelona ilustra a compreensão da ética nos negócios de Cervantes. Ele imprime livros, diz o tipógrafo a Dom Quixote, porque “quero lucro”<sup>27</sup>. Assim, os livros, que as pessoas leem e apreciam e o conhecimento e prazer que comunicam, não são o resultado de um esforço altruísta por parte deste homem de negócios, mas de seu desejo de melhorar sua condição de vida, gerando lucro. Aqui Cervantes antecipa a famosa frase de Adam Smith: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas do cuidado deles com seu próprio interesse. Nós não nos dirigimos a sua humanidade, mas a seu amor a si próprios”<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> CERVANTES, Miguel de. *Novelas ejemplares*. Madrid: Juventud, 2000. p.457.

<sup>25</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. II, caps. xx-xxi.

<sup>26</sup> *Ibid.*, pt. I, cap. iv.

<sup>27</sup> *Ibid.*, cap. lxii.

<sup>28</sup> SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, vol. I, livro II, cap. ii.

É apropriado que Cervantes situe em Barcelona o encontro entre o cavaleiro andante e este homem de negócios (a cidade escolhida para espezinhar Avellaneda, o ladrão da propriedade intelectual de Cervantes), porque a Catalunha era na época e continua sendo uma região mais empreendedora do que a Castela de Dom Quixote. O tipógrafo de Cervantes não é diferente de Johann Gutenberg, grande benfeitor do mundo com a sua invenção de tipos móveis para a máquina de impressão, que, no entanto, não era nenhum benfeitor altruísta: era empresário, dono de uma tipografia, alguém que ganhava dinheiro atuando como produtor, e que agregava valor ao que outros criavam com seu invento (pode-se dizer o mesmo dos grandes empresários, que nos anos 1970 e 1980 realizaram nos EUA uma revolução cultural – a revolução do computador – tão significativa quanto àquela iniciada por Gutenberg em 1440)<sup>29</sup>.

A valorização de Cervantes pelas qualidades de empresário é particularmente notável em um país como a Espanha, onde o capitalismo inicial era fraco em comparação com

o da Inglaterra, da Holanda ou da França, e onde o comércio, as finanças, e, em geral, o desejo de fazer lucro eram desprezados e associados aos judeus. Em Espanha, o desenvolvimento de uma classe média (a assim chamada “burguesia”) e seu correspondente espírito comercial e empresarial tinha sido frustrado. A preferência aristocrática pela riqueza obtida pelo fio da espada em ações heroicas e corajosas em vez de atividades empresariais fora desenvolvida e cultivada através de séculos de guerra contra os invasores muçulmanos, durante a longa Reconquista Cristã da Península Ibérica. Tornou-se, portanto, parte do *ethos* de todos, de nobres a camponeses. Após a Reconquista ter sido concluída em 1492, essa preferência continuou e foi reforçada por audaciosas façanhas militares dos Conquistadores. E persistiu a confiança medieval na terra, e não no comércio, como sinal e fonte de riqueza, reforçada pela expansão territorial da Reconquista. Além disso, a conquista da América contribuiu para a ideia de que a riqueza não era para ser criada, mas sim encontrada de outra forma, na terra, nas minas da América (ouro, prata), muito como hoje os países produtores de petróleo do Oriente Médio sofrem de atrofia comercial causada pela ideia de que a riqueza não é para ser criada, mas sim encontrada na terra (petróleo). O ouro, no caso da Espanha, e o petróleo, no caso do Oriente Médio, têm sido desastrosos para o desenvolvimento de uma mentalidade empresarial. Em Castela, as pessoas com capital também tendiam a investir em terras e não no comércio porque a terra gozava não só de mais prestígio, mas também era vista como mais segura, embora, potencialmente, menos lucrativa; e a mudança na propriedade da terra não resultou em aumento de produtividade, porque os novos proprietários mantiveram os mesmos métodos de produção<sup>30</sup>. Havia ainda outros fatores que trabalhavam

<sup>29</sup> Poder-se-ia avançar e postular certa afinidade entre Dom Quixote e o tipógrafo em Barcelona, que, fora isso, são homens diferentes – um deles em uma ousada busca de glória, e o outro em uma ousada busca do lucro, que, no entanto, compartilham um espírito empreendedor desconhecido por ambos os senhores do campo e pessoas sem laços com a vida dos cidadãos da cidade e dos negócios – uma cidade afinidade entre, por um lado, o Alonso Quijano que decide deixar de ser um tímido senhor do campo para se tornar um cavaleiro corajoso e sair para o mundo e fazer as coisas, e, por outro lado, o tipógrafo em Barcelona, que saiu pelo mundo e fez um investimento de risco e criou uma empresa para melhorar a sua condição e a de sua família e, no processo, a do mundo em que vive. Porque, como Smith, que havia lido Don Quijote, também observa, há uma diferença palpável entre o temperamento e a disposição de um cavaleiro do campo e as de um empresário: “Um comerciante é via de regra audacioso, um cavaleiro do campo é um tímido empreendedor” (*Wealth of Nations*, vol. I, livro III, cap. iv. Smith menciona Dom Quixote e Sancho em vários lugares, mas não em relação à economia. Veja SMITH, Adam. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, JC Bryce, ed. Indianapolis, Ind.: Liberty Classics, 1985. p. 34, 124, 132.

<sup>30</sup> BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and Mediterranean World in the Age of Philip I*. Sian Reynolds, trad. New York: Harper and Row, 1975. p.729-34.

contra o capitalismo em Espanha: a expulsão, em 1492, de um grande número de empreendedores judeus que se recusaram se converter ao cristianismo; a contínua hostilidade contra os judeus que escolheram a conversão a fim de permanecer na Espanha, os assim denominados *conversos* ou *marranos*; e, entre 1609 e 1615, a expulsão dos mouros que tinham permanecido na Espanha (os *moriscos*) como empreendedores na área de agricultura.

Em função dessa mentalidade antiempresarial generalizada e das políticas da Coroa espanhola, as ideias da Escola Espanhola de economia tiveram poucas chances de sucesso. Por isso, era inútil que pensadores como de Soto, depois de considerar e rejeitar os argumentos em favor de alternativas utópicas ao dinheiro, comércio e lucro, tais como escambo (um ideal comunista, até mesmo no século XX), concluiu que “a compra e venda são contratos muito necessários para a República”, ou que, muito antes de David Ricardo, de Soto tivesse estabelecido a lei da vantagem comparativa e apontado como só em um mercado livre os empresários podem atender de forma racional e eficiente à relativa escassez em benefício de todos, em uma lei e um processo que ainda hoje muitos políticos não compreendem: “Nem todas as províncias têm em abundância os bens de que necessitam. E o que dizemos de diferentes lugares pode-se dizer também de diferentes épocas... Sem pessoas para atender adequadamente a tais circunstâncias, a república não conseguiria evitar o mal”<sup>31</sup>.

Como homem de muitas faces, Cervantes conseguia entender melhor do que a maioria sobre a abordagem empresarial intransigente à vida. Ele poderia usufruir tanto das suas observações detalhadas de escritor e da sua experiência pessoal. Ele não era apenas um homem de fantasia. Foi também produtor de um artigo de consumo e, portanto, um empresário da imaginação. Teve de lidar com o mundo dos negócios e com outros empresários. Ele e não um agente literário tinha de

fazer acordos com editores a quem tinha de convencer a investir em seu produto. Certamente escreveu livros com o intuito de tentar ganhar o sustento e melhorar sua situação na vida. Era um escritor profissional. Além disso, tinha sido comissário encarregado de suprimentos para a Marinha (a Invencível Armada) e coletor de impostos. Portanto, tinha tratado com fatos concretos em contabilidade, consumo, oferta, demanda, e os déficits, e na verdade sofrera as consequências de não ter conseguido dar conta de tudo isso adequadamente, ou de ter feito o cálculo errado, ou a avaliação errada das coisas<sup>32</sup>. Também fora soldado. Como soldado tinha lidado com a realidade em sua forma mais brutal. De certa forma, a ocupação do soldado não é diferente daquela do homem de negócios, como sugere a popularidade entre alguns empresários de clássicos como *A arte da guerra*, de Sun Tzu, e *O livro dos cinco anéis*, de Miyamoto Musashi. Um soldado tem de planejar, pensar com antecedência, olhar para os meios, estar ciente dos fatos e avaliar a contenda com precisão. Mas os riscos são muito maiores para um soldado. Ele tem de saber que uma espada sem fio não corta, que pólvora molhada não dispara e que o simples desejo não vai mudar essa situação, e que a própria vida está em risco em tudo isso. O herói de Lepanto, e o experiente veterano de Navarino, Tunez, e La Goleta sabia que não há nada de teórico ou irreal acerca de ser um bom soldado<sup>33</sup>. Pensamentos cheios de desejos e fé não serão suficientes. Um soldado deve conhecer os recursos do inimigo e executar o plano baseado não na fantasia, mas em fatos. Cervantes deve ter sido mais do que conhecedor da necessidade

<sup>31</sup> De Iustitia et Iure, livro VI, cap. ii, sec. 2, p. 194.

<sup>32</sup> Durante seus dias como coletor de impostos, irregularidades em sua movimentação de fundos e escrituração o levaram à cadeia temporariamente.

<sup>33</sup> A bravura de Cervantes em Lepanto é atestada por testemunhas que confirmam que ele estava doente, com febre, mas foi até o convés dizendo que preferia lutar por Deus e pelo Rei do que ficar na cama; recebeu vários ferimentos. Veja, por exemplo, VALBUNA PRAT, Angel (Ed.). *Miguel de Cervantes Saavedra: Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1967. p. 11.

de usar a própria razão (agir de forma racional), caso se queira ser “produtivo” e ganhar no campo de batalha. Ele deixa isso claro em sua grande tragédia *Numancia*, em que o enfim vitorioso Scipio enfatiza repetidamente o controle racional e metódico (*cordura, reglada, concierto*: juízo, prudência, acordo moderado) como pré-requisito para vencer<sup>34</sup>.

A compreensão de Cervantes sobre a visão sem sentido da vida por parte do empresário também se revela na cena em que o cavaleiro encontra alguns mercadores e lhes pede que façam juras pela beleza suprema de Dulcinéia<sup>35</sup>. Um dos empresários gentilmente responde que eles terão prazer em fazê-lo, bastando que Dom Quixote lhe mostre, pelo menos, um retrato de sua amada. Em outras palavras, eles querem prova empírica. Dom Quixote, no entanto, quer que eles jurem baseados apenas na fé. Que mérito haveria, pergunta ele, em afirmar a sua beleza ao ver-lhe o rosto? A questão toda é afirmar a sua beleza sem nunca a ter visto. O conflito é inevitável entre esses campos epistemológicos completamente opostos. Dom Quixote ataca os empresários, que escapam dos ferimentos apenas porque tropeça Rocinante, o cavalo de Dom Quixote, e ambos, cavalo e cavaleiro acabam

no chão. Como tantas outras cenas do romance, esse encontro é um resumo de duas epistemologias muito diferentes: a abordagem empírica do conhecimento, e a abordagem baseada na fé. Cervantes está familiarizado com cada uma delas, e seu conhecimento da forma como o empresário enfrenta o mundo fica evidente na resposta do comerciante a Dom Quixote. Os homens têm a capacidade de atuar de uma maneira ou de outra, e, por vezes, encontram-se ambos os modos de comportamento na mesma pessoa. Mas o comerciante que pede a prova é um bom exemplo da abordagem voluntária e racional à vida, característica do empresário.

A seleção racional dos fins e meios é característica não só do *Homo economicus*, como gostam de proclamar os inimigos da atividade empresarial, mas também de qualquer pessoa, incluindo um escritor, que deseja atingir determinados objetivos, materiais ou não. As pessoas tendem a ser produtivas quando são racionais e autointeressadas. Têm de pensar, planejar e, finalmente, produzir algo que outras pessoas podem estar dispostas a negociar por aquilo que, por sua vez, produzem. O empresário, em particular, deve agir de forma autocentrada; caso contrário, seu negócio fracassará; e esse pensamento, planejamento e produção autointeressada devem ocorrer de acordo com as exigências da realidade. Porém, o empresário também deve ser imaginativo. Sem imaginação, em primeiro lugar, uma empresa não pode ser concebida, e em seguida executada. Na realidade, muitos empresários, como Dom Quixote, são considerados loucos por outras pessoas assim que elas sabem quais são seus planos<sup>36</sup>. A atividade

<sup>34</sup> Nessa peça, muito admirada por Goethe, Schlegel, e Shelley, Scipio diz a seus funcionários em primeiro lugar e depois a seu exército montado que

El esfuerzo regido con *cordura*/allana al suelo las más altas sierras/... Si el esfuerzo y *cordura* no se halla/ que todo lo previene y lo barrunta, /poco aprovechan muchos escuadrones,/ y menos infinitas municiones./ Si a military *concierto* se reduce/cualquier pequeño ejército que sea,/ veréis que como al sol clare reluce/ y alcanza las victorias que desea;/pero si a flojedad él se conduce,/ aunque abreviado el mundo en él se vea,/ en un momento quedará deshecho,/ por más *reglada* mano y fuerte pecho. (act I, ll. 13–14, 101–12)

Observe as palavras *cordura* (julgamento, prudência), *concierto* (concerto) e *reglada* (governada), com ênfase minha. Mais tarde na peça Cervantes novamente faz Scipio insistir na necessidade de razão na guerra.

<sup>35</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. I, cap. vi.

<sup>36</sup> Veja, entre outros, FULSON, Burton W. *Entrepreneurs Against the State: A New Look at the Rise of Big Business in America, 1840–1920*. Reston, Va.: Young America Foundation, 1987. Qualquer pessoa familiarizada com a revolução cultural que aconteceu no Vale do Silício, na Califórnia no final dos anos 1970 e início de 1980, vai reconhecer este tipo de “louco”. A Revolução do Computador, tão importante quanto foi a de Gutenberg realizada há 500 anos, foi o resultado de empresários autointeressados.

imaginativa do empresário, no entanto, deve ser exercida dentro de um quadro da realidade. Nesse sentido, o empresário é o realista supremo, o oposto de Dom Quixote. Podem-se notar algumas dessas características do empresário que enfrenta Dom Quixote: a racionalidade (notar a construção racional de seu discurso), o realismo (ele quer provas), e o autointeresse calmo, pacífico (está disposto a acomodar Dom Quixote e, assim, evitar o conflito).

### III – A IDADE DE OURO DE DOM QUIXOTE, A GOVERNANÇA DE SANCHO, E O DIREITO ECONÔMICO

O grande discurso de Dom Quixote sobre a Idade de Ouro é frequentemente citado como um exemplo de reservas de Cervantes contra a propriedade privada e o crescente capitalismo de sua época. Dom Quixote, mobilizado por ser tratado por alguns camponeses, os pastores de cabras, com uma refeição simples de bolotas assadas, lança um longo discurso inflamado que a voz narrativa descreve como uma “larga arenga, que se pudiera muy bien excusa” [“toda esta longa arenga (de que se poderia bem prescindir)”]<sup>37</sup>.

Na parte mais relevante do discurso, Dom Quixote elogia a Idade de Ouro, quando a humanidade estava em harmonia com a natureza, ignorava a ideia do *meu* e *seu*, e, portanto, viviam em paz e felizes:

Ditosa idade e séculos ditosos aqueles a quem os antigos chamaram de ouro, e não porque neles o ouro, que nesta nossa idade do ferro tanto se estima, se conseguisse naquela venturosa sem esforço algum, mas porque então os que nela viviam ignoravam estas duas palavras: *teu* e *meu*. Eram naquela santa idade todas as coisas comuns: a ninguém era necessário, para conseguir seu ordinário sustento, ter outro trabalho além de levantar a mão e alcançá-lo dos robustos

carvalhos, que liberalmente lhes ofereciam seu doce e sazonado fruto. As claras fontes e os correntes rios, em magnífica abundância, saborosas e transparentes águas lhes ofereciam. Nas fendas das penhas e no oco das árvores formavam sua república as engenhosas e diligentes abelhas, oferecendo a qualquer mão, sem interesse algum, a fértil colheita de seu dulcíssimo trabalho. Os fortes sobreiros desprendiam, sem outro artifício além do de sua cortesia, suas largas e leves cortiças, com que se começaram a cobrir as casas, sobre rústicas estacas sustentadas, somente para a defesa das inclemências do céu. Tudo era paz então, tudo amizade, tudo concórdia: ainda não se havia atrevido a pesada relha do curvo arado a abrir nem visitar as entranhas piedosas de nossa primeira mãe, porque ela, sem ser forçada, oferecia, por todas as partes de seu fértil e vasto seio, o que pudesse faltar, sustentar e deleitar os filhos que então a possuíam. Então, sim, andavam as simples e formosas mocinhas de vale em vale e de outeiro em outeiro, de trança ou com o cabelo solto, sem mais roupas que aquelas que eram precisas para cobrir honestamente o que a honestidade quer e quis sempre que se cubra<sup>38</sup>...

Mesmo que não se perceba que aqui fala Dom Quixote, e não Cervantes, ou que as ideias no discurso sobre A Idade de Ouro estejam em conflito com outras passagens, tais como a defesa implícita dos direitos de propriedade do segundo prólogo e da decisão de matar sua criação tomada por Cervantes para proteger a sua propriedade de mais roubo, ou a atenção de Alonso Quijano à sua propriedade em seu testamento, no final do romance há dois outros problemas com a interpretação anticapitalista do discurso. Um deles é literário, estrutural e contextual. O outro é econômico.

O discurso é uma peça de cenário em que Cervantes exhibe seu conhecimento de um tema bastante popular durante a Renascença. A este respeito, não é diferente de outras

<sup>37</sup> NOUGUÉ & SÁNCHEZ. *O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha*, segunda parte, cap. xi, p. 120

<sup>38</sup> *Ibid.* p. 118-119.

peças de cenário no romance, como o grande discurso sobre as Armas e as Letras. Na literatura grega, Hesíodo deu ao mito da Idade de Ouro sua formulação mais memorável. Virgílio o fez romano, e por meio dele foi preservado ao longo da Idade Média até receber nova vida como parte do interesse renovado nos clássicos durante o Renascimento. Mas é um mito que transcende a civilização greco-latina e europeia porque pode ser encontrado em forma um pouco diferente em outros contextos, tais como no pensamento judaico-cristão, em que recebe o nome de Éden. Outras civilizações têm narrativas equivalentes de um lugar, ninguém sabe onde, e um momento há muito tempo, quando os seres humanos eram mais felizes, em harmonia uns com os outros e com a natureza, e desfrutavam de uma vida com poucas necessidades materiais. Quando os europeus chegaram à América no século XVI, alguns dos mais instruídos entre eles viram a Idade de Ouro, sobre a qual tinham lido, na nova terra e nos nativos simples que conheceram a princípio no Caribe. E um mito que necessariamente acompanha a Idade de Ouro, o mito do Bom Selvagem, também foi atribuído pelos europeus mais letrados aos aparentemente inocentes, ainda assim nobres ameríndios.

Os dois mitos, a Idade de Ouro e o Bom Selvagem, continuaram a viver, acalentados por intelectuais cansados ou em desacordo com a sua própria civilização presumivelmente civilizada em demasia. Michel de Montaigne usou os canibais da América, seus Nobres Selvagens, como arma para criticar os europeus de seu tempo. Em seu pensamento sobre educação, Rousseau acalentava o Nobre Selvagem ideal, que ele denominava *l'homme naturel*. Séculos mais tarde, os movimentos socialistas e ecológicos deram vida aos mitos duplos, em uma persistente busca de um mundo e uma humanidade mais simples e mais próxima da natureza. Os dois mitos ainda influenciam a nossa cultura, gerando até mesmo filmes sobre os *inuítas*, ou sobre as pessoas “brancas” que vêm apreciar a vida superior dos “selvagens” e acabam dançando com lobos.

Mas o contexto do discurso de Dom Quixote constituído por seus ouvintes, ou seja, a “recepção” do discurso dentro da ficção do livro de Cervantes, o solapa ao tomá-lo como algo além de uma peça de cenário literária com sobretons satíricos. O contexto do discurso subverte suas afirmações ideológicas. Os ouvintes são os pastores de cabras e Sancho Pança. Os pastores de cabras, em especial, funcionam como o equivalente cervantino dos homens naturais da Idade de Ouro e são eles e sua vida simples que dão ensejo ao longo discurso de Dom Quixote.

Mas os habitantes do mundo supostamente “natural” da Idade de Ouro de Dom Quixote são diferentes desses homens “naturais” que ouvem o discurso de Dom Quixote. No discurso da Idade de Ouro eles são pastores, não pastores de cabras. Ovinos e pastores têm conotações literárias e espirituais positivas que cabras e pastores de cabras não têm. Cabras são qualquer coisa menos cheios de ternura e “legais”, e estes pastores de cabras que ouvem Dom Quixote são gente do mato, talvez preocupados com o local de origem da próxima chuva, ou chuva em demasia, ou o rigor do inverno, ou calor demais, ou pulgas e esterco. Também estão longe de ser os homens pacíficos e sensíveis da Idade de Ouro: em outras partes do romance, são mostrados como gente briguenta e rude que luta com Dom Quixote e Sancho<sup>39</sup>. Os destinatários do discurso são o oposto do que retrata.

Suas reações ao longo do discurso de Dom Quixote também o subvertem ao levar a sério a mensagem ideológica do discurso da Idade de Ouro. Estes pastores de cabras simplesmente não entendem o que Dom Quixote está falando e comem e olham sem compreender: “Ouviam-no com os olhos arregalados de espanto sem responder a nenhuma palavra”. Sancho, o outro homem “natural”, age de forma semelhante, à medida que interrompe sua contínua comilança apenas para beber, e não a água natural da Idade de Ouro, mas sim o vinho, fabricado por humanos: “Sancho tam-

<sup>39</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, cap. lii.

bém estava em silêncio, mastigando bolotas e visitando com frequência o segundo grande odre pendurado de uma árvore para esfriar". Não só eles não entendem o discurso que supostamente fala sobre homens como eles, mas também não podem sequer se reconhecer nas pessoas representadas no discurso. A dissociação entre os homens naturais reais do mundo de Dom Quixote e os homens "naturais" da Idade de Ouro não é diferente da dissociação entre Dom Quixote e os cavaleiros bonitos, jovens, principescos, e imensamente fortes dos livros de cavalaria.

Essa dissociação, tematizada por Cervantes de forma perceptível, continua a acompanhar as encarnações mais recentes do mito da Idade de Ouro, de modo que hoje, muitos daqueles que realmente vivem da terra, como caçadores, criadores de gado e agricultores, frequentemente discordam sobre a forma de se relacionar com a natureza com versões modernas dos amantes da natureza e da vida simples, como os ecologistas atuais, que são, em grande parte, gente educada da cidade que olha a natureza com olhos e expectativas diferentes das dos homens e mulheres em contato diário com ela e, mais importante, em contato diário com ela não apenas por prazer, ou para afastarem-se de tudo, ou por reflexões teóricas ou filosóficas, mas, sim, com o intuito de ganhar a vida.

Existem outras razões estruturais, literárias, que comprometem a seriedade ideológica do discurso. Tanto o discurso quanto a cena "natural" com os pastores de cabras que o emoldura servem como introdução ou ponte para o próximo episódio, em que Cervantes, na aventura Marcela, oferecem ao leitor uma mini versão cervantina de um romance pastoral, um tipo de ficção que foi instituído em um ambiente "natural" e tinha como protagonistas pastores e pastoras apaixonados, desapaixonados, ou, mais raramente, indiferentes ao amor. Esses romances eram quase tão populares nos séculos XVI e XVII quanto os romances de cavalaria que Cervantes mirou como alvo ostensivo de sátira em Dom Quixote.

Assim, o discurso é parte de uma série de capítulos em que Cervantes, que já tinha experimentado seu talento sem êxito retumbante em um romance pastoral "regular", *Galatea*, faz por meio dessa forma literária aquilo que fez pela novela de cavalaria, colocando-a sob olhar crítico, revelando seus mecanismos, e divertindo-se ao reescrevê-la *a la* Cervantes. Assim, a pastora Marcela não é, na verdade, uma pastora, mas sim a filha de um rico fazendeiro. Simplesmente decide tornar-se pastora por meio de um ato volitivo, da mesma forma que Dom Quixote escolhe tornar-se cavaleiro. E enquanto um imita as leituras de seus livros de cavalaria, a outra provavelmente imita suas leituras de romances pastorais. Nem Dom Quixote, "o cavaleiro", nem Marcela, "a pastora", são a coisa real. Além disso, são ricos o bastante para que se permitam "encontrar-se": Dom Quixote tem terra suficiente para empenhar parte dela para comprar livros e pagar um escudeiro, e o pai rico de Marcela tem ovelhas suficientes para Marcela brincar de pastora. Por fim, nem um nem outro precisa sustentar uma família – uma ausência de responsabilidade que lhes permite ir e fazer o que quiserem para satisfazerem a si mesmos, uma vivendo sozinha na mata para comungar com a natureza, o outro perambulando pelas veredas da Espanha em busca de aventuras, sem se preocuparem com pagamento de escola de filhos, nem com a construção de um teto, nem com o cuidado com pais idosos. Pode-se até especular que Marcela pode ter sido motivada a escolher o seu modo de vida lendo romances pastorais tanto quanto Dom Quixote foi motivado a escolher o seu lendo os romances de cavalaria. Essas conexões explicariam a afinidade entre Marcela e Dom Quixote, que fica ao lado dela e impede qualquer jovem tomado de amores de segui-la, só para segui-la, ele mesmo; e explicariam, também, a afinidade entre os dois "livros", isto é, entre as aventuras de Dom Quixote e o episódio de Marcela. O discurso sobre a Idade de Ouro, então, não seria diferente de outros casos em que Dom Quixote pensa e fala através de textos literários.

O outro problema de interpretação do discurso como um ataque contra a propriedade privada é econômico. Muitos economistas sabem há muito tempo que só em um mundo sem escassez pode existir uma sociedade sem propriedade privada e sem mercado<sup>40</sup>. Os Escolásticos Espanhóis da época de Cervantes também reconheciam a questão da escassez como uma validação da necessidade de propriedade privada<sup>41</sup>. Esta necessidade tem forçado os teóricos socialistas a assumir com entusiasmo que sob o comunismo perfeito haveria abundância: “Não há, nos vastos mares de literatura marxista”, escreve Mises, “a menor alusão à possibilidade de que uma sociedade comunista em sua fase superior possa ter que enfrentar uma escassez de fatores naturais de produção”.<sup>42</sup> Não é surpreendente que na Idade de Ouro do discurso de Dom Quixote haja suficiência de bens, que a natureza provê de forma livre, juntamente com a ausência de fenômenos naturais contraproducentes, tais como secas, chuvas torrenciais, invernos, pragas, vulcões e terremotos. Ao invés disso, no mundo utópico da Idade de Ouro, reina uma fonte impassível, eterna e abundante. Mas este não é o caso no mundo real, em que os recursos produtivos são em geral limitados; consequentemente, a ausência de *seu e meu*, postulada no discurso de Dom Quixote, é ir-

<sup>40</sup> Já no século XIX, F. von Wieser reconheceu que a propriedade privada é necessária em um mundo em que a escassez é um fato. Veja GHERITY, James A. (Ed.). **Economic Thought**. New York: Random House, 1969. p. 315. Para obter explicações modernas do problema, veja MISES. **Human Action**, p. 93, 236-37, 525; ROTHBARD. **Man, Economy, and State**, p. 28, 280-84, 568, 848.; e HOPPE. **A Theory of Socialism and Capitalism**, p. 189-210.

<sup>41</sup> CHAFUEN. **Christians**, p. 96, 155, 174. Esta é a razão pela qual Marx punha lado a lado a abundância e o comunismo perfeito e, portanto, sem propriedade privada: ele percebeu que não se pode ter uma sem o outro; e seu raciocínio ecoa nas observações de Trotsky que agora parecem melancólicas, mas que já foram otimistas sobre o futuro do trabalho obrigatório porque é socialista. Veja TROTSKY. **Terrorism and Communism**, p. 144.

<sup>42</sup> MISES. **Human Action**, p. 236.

relevante para as condições da época de Cervantes, tanto quanto para as nossas.

O famoso episódio da governança de Sancho pode igualmente ser lido como uma defesa e não um ataque ao mercado. Os estudiosos de literatura muitas vezes interpretam posições favorecidas por Sancho que julgam indesejáveis como sutis críticas cervantinas, ou seja, como posições que o próprio Cervantes julga indesejáveis. Um bom exemplo é a expulsão dos *moriscos* pelo governo espanhol, que Sancho parece favorecer depois de ouvir elogios do *morisco* Ricote sobre a expulsão<sup>43</sup>. Ao convite de Ricote para ajudá-lo a obter o dinheiro que o *morisco* escondeu do inventário do governo sobre seus bens, Sancho responde que ajudar Ricote significaria ajudar os inimigos do rei Sancho, e isso ele não pode fazer: “seria traição ao rei ajudar seus inimigos [e] não vou com você, mesmo que você me oferecesse o dobro do dinheiro”. Os estudiosos de literatura lamentam quase por unanimidade a expulsão dos *moriscos* e relutam em aceitar que Cervantes, tão gentil, dotado de pensamento tão liberal e tão simpático aos marginalizados e oprimidos, possa realmente ter apoiado a expulsão. Portanto, apesar das palavras de Sancho, eles viram todo esse episódio como forma astuta de Cervantes criticar a política do governo contra os *moriscos*<sup>44</sup>. A tristeza de Ricote e suas declarações de amor por uma terra onde seus iguais viveram durante gerações, indicariam a simpatia de Cervantes pelo pleito dos *moriscos*; e confrontando essa crítica dentro do contexto de louvor de Ricote pelas políticas governamentais, sua condenação exagerada da própria raça, e a recusa de Sancho à sua oferta, seria simplesmente a maneira de Cervantes se proteger contra as represálias do governo. No entanto, no caso da governança de Sancho sobre sua *insula Bara-*

<sup>43</sup> CERVANTES. **Don Quijote**, pt. II, caps. liv, lxxv.

<sup>44</sup> Esta interpretação basicamente sem contestação começou tão cedo quanto **El pensamiento de Cervantes de Castro**, p. 280-289.



taria<sup>45</sup>, os estudiosos não seguiram este procedimento hermenêutico, ao invés disso aceitaram as políticas econômicas de Sancho como se não estivessem em desacordo, mas sim em consonância com o pensamento de Cervantes, e no mesmo nível de julgamentos quase salomônicos de Sancho como governador.

Mas, pelo menos, alguns aspectos da governança de Sancho poderiam ser vistos como uma sátira de intervenções equivocadas no mercado por parte do governo. O nome da *insula* de Sancho, *Barataria*, pode derivar de “barato”, oposto de oneroso, e faria da governança de Sancho uma “Ilha Barata”, no sentido de uma “ilha sem importância”; mas também pode torná-la a “Ilha do Baixo Custo”, uma ilha que Sancho adquiriu a preço baixo, e esse significado iria recair sobre o episódio com óbvias associações econômicas<sup>46</sup>.

Ainda mais relevante para a interpretação do episódio que favorece o mercado é o contexto histórico. Durante o tempo de Cervantes, a intervenção do governo no mercado era onipresente e prejudicial. De fato, examinando o que estava acontecendo na Idade de Ouro espanhola, equivale a fazer um curso de curta duração sobre a política governamental antimercado. Embora Sancho pareça entender o mercado em outros episódios, quando ele se torna governador de Barataria, toma uma série de decisões antimercado. No entanto, se Cervantes quis criticar as práticas de governo, teria sentido a necessidade de se proteger, como pode ter feito no caso da expulsão dos *moriscos*. Esta necessidade explicaria por que ele coloca decretos econômicos de Sancho dentro de um contexto de ações que causam admiração pelo governo de Sancho, tais como os julgamentos de Sancho e sua declarada intenção de defender os privilégios dos *hidalgos* e ser respeitoso em relação à religião

e aos membros da Igreja.<sup>47</sup> Este procedimento defensivo poderia ser paralelo à colocação de palavras piedosas de Ricote elaboradas por Cervantes em um contexto de louvor ao governo de Felipe II.

Do ponto de vista da análise econômica, as decisões de Sancho afetam negativamente a quantidade e qualidade dos bens e dificultam a inovação da manufatura. Ele ordena que o vinho de fora possa ser vendido em Barataria, uma medida que, em termos de mercado, significa abrir o reino às mercadorias estrangeiras, mas, em seguida, prejudica esta decisão pró-mercado ao reservar para seu governo o processo de precificação do vinho<sup>48</sup>. Esta contradição ilustra as políticas comerciais incompatíveis do governo que favorecem o mercado com uma mão enquanto o prejudicam com a outra. Sancho também determina o preço do calçado, especialmente os sapatos, porque lhe parece que o preço está alto demais<sup>49</sup>. Estas decisões são recebidas pelos Baratarianos como indicações de que o novo governador se preocupa com eles, ou, em termos modernos, “sente a dor deles”. No entanto, os decretos de Sancho ecoam os controles governamentais demagógicos e prejudiciais da época de Cervantes:

[Os preços] em nível local eram submetidos a um tipo de controle econômico que poderia ser descrito como mercantilismo municipal. Em toda a região de Castela era considerado normal os governos municipais fazerem cumprir decretos fixando os preços e restringindo a circulação de mercadorias... Por exemplo, constatamos que em Cieza (Múrcia) os decretos de 1523 proibiram a importação de vinho de fora enquanto os *vecinos* da cidade ainda tivessem estoques seus para vender... [O vinho de fora não podia ser vendido] sem a permissão do conselho da cidade, que era encarregado de estabelecer um preço “razoável”... [Nos casos em que a venda era autorizada], as au-

<sup>45</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. II, caps. xlv, xlvii, xlix, li, liii.

<sup>46</sup> Em espanhol arcaico, *barato* também significava “piada”.

<sup>47</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. II, cap. xlix.

<sup>48</sup> *Ibid.* cap. li.

<sup>49</sup> *Ibid.*

toridades municipais definiam um preço alto para esse vinho de fora que só os ricos podiam se dar ao luxo de comprá-lo, e a maioria dos segovianos tinha que continuar a suportar o miserável estoque local... Os conselhos de cada cidade grande, cidade pequena ou aldeia tinham o poder de fixar o preço de frutas, legumes, grãos, carne, queijo, óleo, ou qualquer outra mercadoria... Concediam direitos de monopólio a taberneiros, açougueiros e outros fornecedores de víveres oficialmente designados para a localidade... Estabeleciam tabelas detalhadas de preços, dos quais ninguém poderia se desviar sem a autorização especial do conselho. Os preços oficiais estavam em vigor mesmo em dias de mercado, quando os camponeses tinham autorização para trazer seus produtos para venda. Tais controles de preços (como sempre na história) causavam problemas. O preço legal tendia a ser demasiado baixo aos olhos do produtor, porque a ideia subjacente à fixação de preços pelo município geralmente era proteger o consumidor e não o produtor. O decreto de 1583 de Los Santos de Maimona (Badajoz) chegou a exigir que qualquer *vecino* que tivesse peixe, caça, legumes ou frutas à venda oferecesse suas mercadorias no mercado da cidade antes de removê-las da jurisdição municipal para venda em outro local. E o conselho se reservou o direito de determinar o quanto poderia ser “exportado”... os decretos de Los Santos tornou ilegal a qualquer um oferecer qualquer coisa à venda no mercado da cidade sem notificar o conselho com um dia de antecedência... Os municípios castelhanos também se comprometeram a regulamentar o funcionamento dos moinhos de grãos e óleo, e outros estabelecimentos de processamento relacionados à agricultura.. [O] Conselho de Arjona (Jaén)... tentou regulamentar tudo: os processos de moagem, o horário de trabalho, as medições, os salários e os preços. Tudo isso foi concebido para proteger os olivicultores e compradores de azeite de moleiros... inescrupulosos..., mas também... desencorajava a inovação e a experimentação, e ao cristalizar estruturas e técnicas existentes dificultava

(na verdade, fazia ilegal) o ajuste a circunstâncias que mudavam<sup>50</sup>.

Essas políticas também foram postas em ação em nível nacional, em que o governo regulamentava o preço máximo de muitas mercadorias. Essa prática trouxe consequências conhecidas pelos economistas de hoje, desde o desestímulo à produção até problemas na capacidade dos produtores ao fazer cálculos econômicos para atividade criminosa – quando as pessoas tentavam driblar os regulamentos, mas ao fazê-lo, punham-se à margem da lei, o preço que pagaram para ajudar a amenizar um pouco os efeitos nefastos das políticas (esses dois últimos resultados são característicos de atividades de “mercado negro” em qualquer tempo ou lugar, sendo que o mercado negro é o mercado livre em sua forma absoluta). O mercado, como de costume, muitas vezes contornava tais intervenções do governo, mas sua eficácia era muito prejudicada no processo.

Embora essas políticas fossem defendidas por muitos contemporâneos, seus efeitos ruins eram óbvios para outros. Em 1539, o cronista Florián de Ocampo escreveu que os controles de preços faziam os produtores perderem dinheiro e que isso, por sua vez, levava à escassez<sup>51</sup>. A Escola Espanhola de economia estava ciente dos problemas. Martín de Azpilcueta opunha-se a todos os controles de preços.<sup>52</sup> Afirmava que, “*de acordo com a opinião de todos os Doutores, um preço oficial injusto ‘não cria vínculos’*”<sup>53</sup>. Outros, como o jesuíta Luis de Molina, pensava que as autoridades certamente tinham o direito de definir preços “justos”, mas que isso não era uma boa ideia por causa tanto de seus resultados práticos

<sup>50</sup> VASSBERG. *Land and Society*, p. 188-191.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 192.

<sup>52</sup> ROOVER, Raymond de. The Concept of the Just Price: Theory and Economic Policy. *Journal of Economic History*, Vol. 18 (Dec. 1958): 418-434; CHAFUEN. *Christians*, p. 106.

<sup>53</sup> CHAFUEN. *Christians*, p. 109.

quanto de sua imoralidade. Por um lado, essa política prejudicava os pobres e, por outro lado, era injusto colocar o peso do “bem comum” somente sobre os produtores, uma vez que em tempos de escassez, o produtor tem que se submeter a gastos maiores, e um preço “legal” não permite que ele recupere seus custos e aufera lucros pelo seu trabalho.<sup>54</sup> De fato, a economia moderna sabe que a fixação de preços prejudica a todos, mas em especial aos pobres, porque faz os produtos desaparecerem ou escassearem, o que por sua vez leva a transgressões do mercado negro, suborno a funcionários do governo, delinquência, brutalidade do governo ao fazer cumprir as leis que são cada vez mais ignoradas e, em última instância, à degradação social geral<sup>55</sup>.

Henrique de Villalobos (d. 1637), que usou muitas ideias oriundas da Escola Espanhola de economia, também compreendeu com surpreendente lucidez alguns desses problemas:

Creio que seria melhor não ter um preço oficial (*tasa*) para o trigo, como acontece em muitos lugares sem efeitos prejudiciais. Reblo diz que todos em Lisboa teriam morrido de fome se houvesse sido estabelecido um preço oficial para o trigo. A razão para o que digo, como podemos ver, é que nos anos em que o trigo é barato o preço máximo é inútil. O mesmo acontece com os anos típicos, porque o valor [preço] do trigo não atinge o preço máximo, e o preço é reduzido ou elevado de acordo com a abundância existente. Nos anos em que o trigo é caro, apesar do preço fixo, o preço sobe por uma razão ou outra, e você não encontra um único grão de trigo pelo preço oficial... e, se encontrá-lo, vai enfrentar mil fraudes e falsificações. E também porque pa-

rece uma coisa nociva obrigar os agricultores a vender pelo preço oficial em um ano de escassez quando têm de pagar os altos custos de produção, e quando a estimativa comum concede um preço mais elevado para o trigo<sup>56</sup>.

Outro dos decretos de Sancho estabelece um teto para os salários dos empregados, porque ele acha que esses salários estão subindo muito rapidamente<sup>57</sup>. Isso reflete os esforços do governo espanhol para controlar o trabalho e os salários. Alguns decretos municipais “estabeleciam valores baixos de salários, que tinham de ser obedecidos sob pena de severas sanções”<sup>58</sup>. Os sindicatos intermunicipais também impunham regulamentações trabalhistas: em Tierra Segovia, em 1514, os sindicatos especificavam que a jornada de trabalho dos trabalhadores rurais assalariados deveria começar uma hora depois do nascer do sol e chegar até o crepúsculo<sup>59</sup>.

Estes controles de salários foram aplicados com mais sucesso do que os controles de preços, mas o preço normal de mercado de trabalho era distorcido, é claro, de modo que, por vezes, havia uma séria escassez de trabalhadores<sup>60</sup>. Alguns decretos espanhóis eram tão específicos que podiam servir de ilustrações de extremos intervencionistas que os burocratas do governo podem seguir na elaboração de suas leis. Em 1599, o Conselho de Cifuentes (Guadalajara) estabeleceu um teto salarial de 34 maravedis para lavradores e podadores, em fevereiro, 57 em março, 60 em abril e 68 em maio e junho<sup>61</sup>.

É provavelmente uma sorte que o mandato de Sancho como governador não tenha durado o suficiente para criar problemas sé-

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>55</sup> Qualquer pessoa que tenha observado os resultados de fixação de preços em, digamos, vendas de gasolina, perceberá os problemas sem estudar economia. Para uma análise dos resultados de fixação de preços na produção e nos salários veja, entre outros, ROTHBARD. **Man, Economy, and State**, p. 778-796. Boas descrições ficcionais da desintegração social resultante são *Atlas Shrugged*, de Rand, e *The Radiant Future*, de Zinoviev.

<sup>56</sup> VILLALOBOS, Henrique de. **Suma de la teología moral y canónica**. Barcelona: 1632), p. 344 ; CHAFUEN. **Christians**, p. 109-110.

<sup>57</sup> CERVANTES. **Don Quijote**, pt. II, cap. li

<sup>58</sup> VASSBERG. **Land and Society**, p. 195.

<sup>59</sup> *Ibid.*

<sup>60</sup> DAVIES. **The Golden Century of Spain**, p. 68.

<sup>61</sup> VASSBERG. **Land and Society**, p. 195.

rios. Caso contrário, seus súditos teriam logo começado a sofrer com as consequências de suas políticas intervencionistas. Teria havido escassez de calçados em geral e sapatos em particular, com queda na sua qualidade. Escassez e queda da qualidade de outros bens também acabariam acontecendo porque a importação de bens concorrentes teria tido os preços fixados, ou teria sido proibida, até que um dia Barataria – agora, de fato, uma “ilha barata” – poderia ter chegado a parecer a Idade de Ouro da Espanha de Cervantes.

#### IV – A PRAXIOLOGIA E A RELAÇÃO ENTRE DOM QUIXOTE E SANCHO

O mercado, seus mecanismos e seus benefícios, não pertencem a um tempo ou lugar específico. Não são históricos, mas inerentes às relações entre os seres humanos. Há milhares de anos antes de Cristo havia mercados na Mesopotâmia, como demonstram tabuletas cuneiformes. E provavelmente havia mercados muito antes, em qualquer lugar e a qualquer momento, tão logo duas ou mais pessoas se juntassem com o intuito de ter uma vida melhor. O mercado é universal, independente da sua teorização em séculos posteriores. Então, o que é fundamental para o capitalismo, ou seja, a troca de bens, serviços e, em última análise, valores entre os seres humanos, sem coerção e com o propósito de melhorar as suas condições não é característica de um determinado período. O que acontece é que, em determinadas épocas e ocasiões, o funcionamento do mercado torna-se praticado de forma mais ampla e, por fim, é universalizado e teorizado. A teoria do capitalismo como entendida por Mises é uma explicação universal da ação humana. Se a escrita – e, portanto, a produção de livros – insere-se no âmbito da atividade humana, então é claro que a teoria do capitalismo é aplicável à produção de textos e, portanto, a um romance do século XVII.

A relação entre Sancho e Dom Quixote é um bom exemplo de como a praxiologia pode

ser aplicada a relações humanas de forma geral. Transformado em “Dom Quixote”, no início da novela o *hidalgo* Alonso Quijano chega a um frouxo acordo verbal com seu vizinho camponês, Sancho Pança, por meio do qual Sancho oferece seus serviços como escudeiro em troca de um salário e uma *insula*. Essa relação é, portanto, baseada em recompensas materiais que juntam a forma de riqueza preferida na Idade Média – a terra – com a forma cada vez mais preferida de riqueza e meio para transações econômicas – o dinheiro –, embora o desejo mais abstrato de aventura, que mais tarde no romance se torna mais importante, parece também estar presente na mente de Sancho nessa fase inicial. Em qualquer caso, o relacionamento não se baseia, como na Idade Média, em um elo de lealdade sancionado coletivamente entre um homem de família nobre, um cavaleiro, e outro homem de família nobre, um escudeiro.

A escolha de Sancho de juntar-se e ficar com Dom Quixote só é possível em um sistema de mercado e ilustra com clareza o seu funcionamento. Em um sistema comunitário, a decisão de Sancho seria em grande parte determinada pelo Estado, partido, cidade, clã ou pela família, e não por Sancho. Na Idade Média, as normas comunitárias pressionavam um nobre a se tornar escudeiro e, por fim, cavaleiro. Excepcionalmente, um jovem se rebelaria contra a pressão de sua família, e se tornaria monge, talvez, como aconteceu com Tomás de Aquino. É verdade que um sistema comunitário que basicamente determina o caminho na vida de uma pessoa pode ser mais desejável, pois lhe diminui a responsabilidade da escolha. As muitas opções de uma economia de mercado, tal como sua riqueza, podem fazer algumas pessoas infelizes<sup>62</sup>. Mas

<sup>62</sup> Conforme afirmam alguns psicólogos e cientistas políticos. Veja o psicólogo SCHWARTZ, Barry. **The Paradox of Choice: Why More is Less**. New York: Ecco, 2004, que também cita o trabalho de psicólogos como David G. Myers e o cientista político Robert E. Lane, que argumentam que o aumento da riqueza leva a menos bem-estar! “Quanto mais nos é permitido sermos donos do nosso destino, mais esperamos sê-

se alguém prefere o comunitário, pelo menos, é claro que dentro dele Sancho não teria escolhido individual muito livre.

Na conjuntura ficcional em que Sancho decide se juntar a Dom Quixote, no entanto, ele opera em um sistema de mercado e poderia recusar a oferta de Dom Quixote. Portanto, sua decisão tomada de forma livre é importante para o desdobramento e significado cultural do romance de Cervantes: definindo-a como decisão de Sancho, Cervantes não só desencadeia muito do que se segue em termos de narrativa, mas também dá um golpe em favor da liberdade que era para ele, obviamente, uma das coisas mais importantes na vida<sup>63</sup>.

Por fim, o relacionamento puramente “comercial” ou “material” entre Dom Quixote e Sancho evolui para uma amizade. Pode-se dizer que nesse momento já não há uma livre troca? Não, porque a troca continua de forma diferente, mas com o mesmo propósito de manter ou melhorar as condições de Sancho e de Dom Quixote. Foi apenas transformada de uma troca puramente material em troca de valores. Sancho passou a apreciar certos valores em Dom Quixote que está disposto a trocar pelo que tem a oferecer; e Sancho tem valores que Dom Quixote aprecia e está disposto a trocar pelo que Dom Quixote tem a oferecer. Assim, eles estabelecem uma amizade. Esta relação não é de coação. É uma troca voluntária. Não é unilateral. É mútua, dialética. Dom Quixote dá a Sancho e Sancho dá a Dom Quixote, embora nem um dos dois “o faça por dinheiro”. Eles o fazem por outras coisas.

Sancho fica com Dom Quixote, mesmo quando se torna evidente que a *insula* não recompensa, que o dinheiro não é suficiente, e

que, talvez, o seu senhor seja louco, porque Sancho ainda acredita que sua vida será melhor com Dom Quixote do que sem ele. Mas Sancho não permanece por dinheiro ou pela *insula*. Encontrou coisas em Dom Quixote que passou a valorizar mais, tais como a sua coragem, seu conhecimento, seu apreço e bondade crescentes para com Sancho. E não menos importante, desenvolveu um gosto pela vida livre, aventureira e emocionante que Dom Quixote cria para ambos, uma vida que, no final do romance, ele tenta, em vão, convencer Alonso Quijano a assumir novamente. Embora mais abstratas do que a *insula* ou o dinheiro, essas razões são igualmente decisivas para Sancho, se não forem ainda mais decisivas. Portanto, ele vê todas as vicissitudes e os golpes e os outros sofrimentos como mais do que compensados pelas consequências advindas da amizade com Dom Quixote<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Como essa relação e os sentimentos de Sancho comparam-se ao (com certeza, nem sempre) amor incondicional de um pai para um filho é difícil determinar. Questões biológicas que são, por natureza, menos afetadas pelas escolhas racionais entram em jogo em um relacionamento entre pais e filhos. No entanto, é óbvio que os pais escolhem um determinado comportamento em relação a um filho porque agir dessa forma os faz sentir melhor do que se não o fizessem. Portanto, estão escolhendo aquilo que, pelo menos para eles, é o melhor. Este “para eles”, a valoração subjetiva, é fundamental para a praxiologia misesiana da economia austríaca, e dá conta de uma das objeções frequentemente levantadas contra a “teoria econômica”, ou seja, que só leva em conta as “escolhas racionais”. Em economia austríaca e praxiologia misesiana, a escolha é subjetivamente motivada e, portanto, não é sempre necessariamente “racional”, e sem dúvida não é “racional” no sentido em que pode ser considerada de forma universal como sólida ou, de fato, benéfica. Mas, em qualquer escolha que fizemos de forma racional ou irracional, objetiva ou subjetivamente, ainda assim estamos escolhendo algo que preferimos ou valorizamos mais em detrimento de algo que não preferimos ou que valorizamos menos. Caso contrário, não faríamos tal escolha. A relação entre pais e filho, no entanto, não é o tipo de relação que existe entre Dom Quixote e Sancho, embora fosse razoável argumentar que essa relação, à medida que evolui gradualmente, assemelha-se ao laço entre pai e filho. Mas, em Dom Quixote e Sancho, o relacionamento é o resultado de escolhas livres,

---

lo” (SCHWARTZ, “When It’s All Too Much”, Parade, January 4, 2004, p. 5).

<sup>63</sup> Em sua divagação frequentemente confusa também em outras formas em seu livro aterrorizante *Terrorism and Communism*, Leon Trotsky acerta pelo menos nisso: “Para o Liberal, a liberdade, em longo prazo, significa o mercado” (p. 140).

No final do romance, quando Dom Quixote é Alonso Quijano novamente, Sancho será recompensado por sua lealdade, mais uma vez com coisas materiais, como era no início, em uma circularidade perfeita que corresponde à transformação inversa de Dom Quixote a Alonso Quijano. Assim, como fez no início do romance, quando Dom Quixote trocou a propriedade da terra por outra forma de propriedade, livros, Cervantes cuidadosamente mostra que sua criação mais importante exerce os seus direitos de propriedade. Alonso Quijano garante no seu testamento que Sancho receba tudo o que lhe é devido por Dom Quixote e mais; e o moribundo Alonso Quijano até mesmo admite que, se estivesse em seu poder, legaria um reino a Sancho, uma

vez que ele o merece pelos valores que tanto Dom Quixote quanto Alonso Quijano passaram a apreciar em Sancho, ou seja, a *sencillez de su condición* (“simplicidade de sua constituição”) e sua lealdade. Além disso, profundamente consciente da condição humana, Cervantes faz uma de suas vozes narrativas concluir que, apesar da iminente morte de seu amigo, Sancho está feliz, uma vez que “herdar algo apaga ou modera um pouco a dor que compreensivelmente traz a morte de um ente querido”.<sup>65</sup> Mais uma vez, tudo isso só é possível porque os direitos de propriedade do mundo ficcional de Cervantes são reconhecidos e um indivíduo pode, portanto, dispor de sua propriedade como julgar apropriado.<sup>66</sup>

---

não da biologia. Eles não nasceram pai e filho. Eles se escolhem livremente. Os inimigos do capitalismo pensam que ressaltar que os seres humanos confiam uns nos outros e são cooperativos comprova a maldade e a falta de aplicabilidade do capitalismo às relações humanas. Observe essas declarações típicas: “Este resultado [um experimento com a Teoria dos Jogos em que os sujeitos confiavam e cooperavam uns com os outros] não apenas despreza a sabedoria proverbial, mas também despreza a teoria econômica”. (GRIMES, Ken. To trust is human. *New Scientist*, Vol. 178, n. 2394 (10 de maio, 2003): 32). Este tipo de declaração ignora o fato que o capitalismo, na verdade, baseia-se na confiança e na cooperação. Sem isso, não poderia existir. O capitalismo é um sistema benevolente que, ao tomar como pré-condição a existência de uma livre troca de valores, que exige cooperação e produtividade, permite que os seres humanos floresçam. Um dos maiores exemplos de confiança humana é o que se vê em Wall Street, quando os corretores fazem propostas e vendas baseadas inteiramente na confiança de que o que se propõe ou vende esteja de fato sendo proposto ou vendido e apoiado por aquilo com que o proponente ou o vendedor diz que está apoiando a proposta ou a venda. Trata-se de confiança em tudo, uma vez que no exato momento da proposta ou venda não há nada tangível para ser trocado. Tudo “vai” acontecer, presumivelmente. A benevolência do capitalismo se mostra no fato de que possuir e ser livre para manter ou ceder, que são essenciais para o capitalismo, também são pré-requisitos para a verdadeira generosidade e liberalidade. Como acredito que Vitória tenha sugerido no século XVI na Espanha, a liberalidade imposta por lei e, portanto, coagida não é liberalidade (veja meus comentários sobre Vitória, no texto desse ensaio).

---

<sup>65</sup> CERVANTES. *Don Quijote*, pt. II, cap. lxxiv.

<sup>66</sup> Por outro lado, as abordagens comunitárias à vida tentam reduzir o controle de um indivíduo sobre sua propriedade por vários meios, de impostos sobre herança até a revogação definitiva dos direitos de herança. Gostaria de aproveitar esta última nota para agradecer a minha querida amiga Margaret Schmidt pelos seus comentários perspicazes durante a minha escrita deste ensaio.